

Há futuro para o anglicanismo? Caminhos, possibilidades e ameaças

John Kater

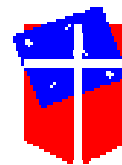
Nossa longa trajetória do desenvolvimento da Comunhão Anglicana e das múltiplas identidades anglicanas que a compõem nos conduz a um conjunto de perguntas que nos são colocadas como anglicanos dos primeiros anos do século XXI, século já marcado pelo conflito religioso e cultural e pelas forças perenes da pobreza, miséria, isolamento, desesperança e marginalização desencadeadas por sistemas econômicos e políticos que pouco têm a ver com os valores do Evangelho. Esse conflito agora se experimenta também no próprio seio da Comunhão Anglicana que, durante pelo menos quarenta anos, já vem sendo sacudida por movimentos e eventos que suscitam medo e ira entre alguns e esperança e compromisso em outros.

Todos estamos suficientemente bem informados sobre os sintomas da enfermidade que afeta a Comunhão Anglicana; mas, há alguma possibilidade de recuperação? E será mesmo uma enfermidade?

Quero propor que um dos elementos que mais influenciam na situação atual do conflito entre anglicanos está ligado ao modo como se entende a tradição dentro da qual nos identificamos. Essa tradição anglicana é viva e dinâmica ou é uma tradição estática? Acredito que essa pode ser a pergunta fundamental para a Comunhão hoje.

Uma tradição fixa ou estática entende a fé cristã como um depósito sagrado, confiado aos primeiros seguidores de Jesus, transmitido através das Escrituras, preservado e comunicado de uma geração a outra através dos descendentes dos apóstolos, os bispos. É "a fé que uma vez e para sempre foi entregue aos santos" (Judas 3). Esse é o conceito de tradição que foi aceito e adotado pelos puritanos durante os primeiros séculos do anglicanismo e continua vigente entre muitos evangélicos, anglo-católicos e em muitos membros de igrejas fundadas por sociedades missionárias. Leva muito a sério a Bíblia como norma e fonte de fé, considerando que a vida cristã, ou seja, a resposta de fé ao Evangelho, se define pelo esforço de nos conformarmos às regras bíblicas que nos servem como guia. Nosso compromisso com o Evangelho é medido e avaliado pela fidelidade a essas regras.

Nesse conceito impera o pressuposto de que essas normas bíblicas refletem a "ordem natural", ou seja, a vontade divina para a criação. O valor da ordem, promovido pela Bíblia e pela própria tradição, implica em uma criação ordenada hierarquicamente e o bem-estar do ser humano consiste em reconhecer e aceitar seu lugar apropriado nessa "grande cadeia dos seres vivos". A ciência e a investigação



humana existem para analisar e reconhecer a "ordem divina", não para questioná-la ou oferecer outra perspectiva.

Um conceito vivo ou dinâmico de tradição é muito diferente. Este é o sentido de tradição que inspirou a eclesiologia do "Pacto elisabetano", que foi proclamado por Richard Hooker e outros teólogos anglicanos dos séculos XVI e XVII e que fez nascer a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e outras igrejas autônomas.

Este conceito da tradição também leva muito a sério a Bíblia, mas insiste no fato de que as Escrituras devem ser *interpretadas*. Considera que "a fé uma vez para sempre entregue aos santos" não é um depósito de sabedoria fixa, mas a certeza do Evangelho, de que "Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo" (II Cor 5.19). Encontra na própria Bíblia níveis de interpretação e re-interpretação, principalmente entre as Escrituras, o Evangelho, sua própria experiência e o contexto específico para o qual os textos se dirigem.

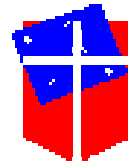
Talvez seja a importância que dada ao *contexto* o que mais diferencia um conceito de tradição viva e dinâmica ou em vias de desenvolvimento. Esta perspectiva está fundamentada na doutrina da encarnação e leva muito a sério a fé de que Cristo se fez carne, não de uma maneira abstrata que não teria sentido ao mundo, mas que ele realmente se encarnou em um contexto histórico, político e religioso muito específico. Tomando a sério o contexto em que Jesus viveu, podemos apreciar o pano-de-fundo de seus ensinamentos éticos, ponto já articulado por Richard Hooker no final do século XVI¹.

Se agora regressarmos à história do início do anglicanismo na Inglaterra da época da Reforma, podemos reconhecer que foi precisamente seu apreço pela importância do contexto que permitiu e impulsionou os reformadores ingleses a expressar sua compreensão da fé cristã em termos contextualizados. Este é o princípio expresso no Artigo 34 quando afirma que "não é necessário que as tradições e cerimônias sejam em todo lugar as mesmas ou totalmente parecidas, porque em todos os tempos tem sido diferentes e podem ser alteradas segundo a diversidade dos países, dos tempos e dos costumes, contanto que nada se ordene contrário à Palavra de Deus"². O mesmo ponto é enfatizado por Hooker quando insiste em diferenciar entre os elementos essenciais do Evangelho e os elementos "indiferentes" ou alteráveis.³

¹ J. Keble, ed., *The Works of that learned and judicious Divine Richard Hooker: With an Account of His Life and Death by Isaac Walton, I* (Oxford, 1836), 494-525.

² Artigos de Religião, *Livro de Oração Comum da IEB*, p. 610.

³ J. Keble, ed., *The Works of that learned and judicious Divine Richard Hooker, I*, 598-609.

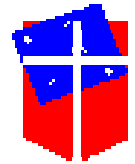


O respeito ou apreciação pelo significado do contexto na formação de fé é, pois, um elemento essencial no desenvolvimento do anglicanismo como corrente independente e autônoma. Do mesmo modo, seu conceito de *igrejas autônomas* depende da valorização do contexto em toda expressão eclesial da fé. O mesmo direito que foi reivindicado pelos cristãos da Inglaterra quando articularam a fé em termos britânicos pertence a qualquer igreja - como assinalou o teólogo brasileiro Jaci Maraschin há muitos anos. Uma igreja autóctone deve envolver-se ativamente em seu próprio âmbito político e social; deve ler as Escrituras a partir de sua própria perspectiva, até mesmo colocando à parte "as lições recebidas do solo de onde foram transplantadas ou traduzidas"; deve desenvolver sua própria liturgia, seu próprio estilo pastoral e sua própria teologia.⁴ Este é o princípio que tem guiado o desenvolvimento das igrejas autônomas da Comunhão Anglicana e o princípio afirmado na primeira Conferência de Lambeth.

Uma vez aceito o princípio da contextualização como princípio bíblico e teológico, podemos apreciar o modo como a tradição se abre ao desenvolvimento e ao mesmo tempo se aprofunda nela mesma. O modo como os gentios foram aceitos pela comunidade cristã está ligado a um processo de reflexão baseado na contextualização: o reconhecimento de que a presença do Espírito não estava limitada aos judeus. Assim também podemos entender o longo processo através do qual a tradição foi evoluindo até chegar a um ponto quando os cristãos já não podiam aceitar a escravidão, em que pese as Escrituras a ordenarem e permitirem. Podemos dizer que o mesmo desenvolvimento e aprofundamento da tradição à luz da experiência cristã contextualizada conduziu muitos cristãos a repensar os ensinamentos tradicionais sobre questões de gênero e descobrir novamente o significado da afirmação de Paulo de que "em Cristo não há homem ou mulher" (Gálatas 3.28).

É através de uma reflexão contextualizada que podemos contemplar com novos olhos o valor tradicional outorgado ao contexto da ordem e sua expressão nas estruturas hierárquicas de poder e autoridade. É aqui que entra em jogo a ênfase teológica desenvolvida principalmente pelos cristãos da América Latina. Sabemos bem o efeito de uma teologia da ordem sobre uma sociedade organizada em forma estritamente hierárquica através do tipo de espiritualidade e pastoral que ela produz: uma espiritualidade de dependência e uma pastoral de consolo fora do mundo. Lamentavelmente a tradição anglicana tem uma longa herança desse tipo de piedade e pastoral baseada em um conceito hierárquico de ordem, não apenas em sua origem feudal mas também nas igrejas cujas raízes são coloniais ou neocoloniais e entre as quais o conceito de tradição não presta atenção ao contexto.

⁴ J. Maraschin, "Características de una iglesia indígena", *Anglicanos* (enero-marzo de 1985), 10-11.



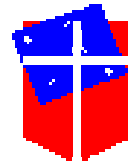
Levar a sério o contexto permite ler nossa experiência e nossa tradição em diálogo com o Evangelho. Tal leitura – ou releitura – permite avaliar a injustiça e a miséria experimentadas por todos os lados à luz das promessas de Jesus e de seu anúncio do reino de Deus. Permite compreender todo o ministério de Jesus à luz de seu serviço a esse reino que é, em si, a verdadeira missão de Deus no mundo e que é, essencialmente também, a própria missão da igreja. Nas palavras do Livro de Oração Comum, a missão se compreende como o esforço por “restaurar todos os povos à união com Deus e uns com os outros” à luz de nossa compreensão na natureza humana definida como “amar, criar, raciocinar e viver em harmonia com a criação e com Deus”⁵. Essa unidade e harmonia são compreendidas em termos dos valores do reino de Deus que formam a base bíblica da fé: a paz, a justiça, a vida em abundância, o valor do ser humano, de toda criatura e do universo, a harmonia natural ou ecológica, a presença íntima de Deus, o que Jesus chamava “plenitude de vida” e que seu povo denominava como *Shalom*.

Considero que é, precisamente, a ênfase na importância do contexto que nos permite e motiva também a reivindicar um conceito batismal de igreja que questiona o conceito tradicional que congela suas estruturas hierárquicas como sendo de origem divina. Os primeiros reformadores anglicanos insistiam no fato de que a Igreja se define pela presença do Evangelho e não por uma estrutura específica de autoridade. Era isso que lhes permitia ver as igrejas protestantes da Europa como “igrejas-irmãs” apesar da ausência de bispos entre elas. Lutero ressaltou seu conceito de “sacerdócio universal de todos os fiéis” não para abolir o clero, mas para afirmar que todo o cristão tem valor igual aos olhos de Deus. Richard Hooker enfatizou a realidade da comunidade cristã e de nossa membresia e participação nela como ponto de partida para nossa identidade como crentes⁶. Uma reflexão contextualizada pode nos conduzir a uma eclesiologia baseada em nosso batismo, conceito que não elimina as diferentes funções do clero ordenado mas que afirma a igreja inteira como comunidade missionária. Supõe-se que os marcos precisos a partir dos quais se cumpre essa missão e o modo como se pratica o ministério dependem de um processo de discernimento que toma muito a sério as realidades específicas do contexto. Ou seja, o modo como identificamos e praticamos nosso ministério dependerá de nossa reflexão sobre a história, a cultura, a sociedade e seus problemas; os valores do contexto em que vivemos, mas sempre à luz da missão de Deus e do mandato de Cristo – “Vem e segue-me” (Lucas 18.22).

A análise da realidade que identifica o conteúdo de nossos ministérios não supõe um corpo de sabedoria e conhecimento depositado de uma vez para sempre, ou que as únicas fontes às quais podemos nos socorrer para compreender nossa

⁵ Libro de Oración Común (Nueva York, 1989), 747, 737.

⁶ *The Works of that learned and judicious Divine Richard Hooker, I*, 443-444.



realidade estejam nas Escrituras Sagradas. Ao contrário, se a tradição permanece aberta, nossa análise levará em conta o melhor do conhecimento humano derivado de nosso próprio contexto ao lado da experiência de outros contextos. Não buscamos na Bíblia um cenário que nos permita compreender as forças políticas e econômicas que influenciam nosso mundo nem dependemos de categorias bíblicas para compreender e tratar as enfermidades de ontem e de hoje. Se nossa atitude para com a tradição é aberta, não supomos que sua imagem de família ou de Império esteja para sempre congelada.

Finalmente, nossa atitude para com a tradição determina se nossa postura de fé nos aponta para o passado ou para o futuro. Um conceito de tradição como depósito eterno significa que tudo o que tem valor se encontra no passado, que a revelação da verdade pertence a épocas já desaparecidas, que o Deus da vida não tenha nada de novo a nos dizer hoje. Uma atitude aberta para com a tradição entende a trajetória da mesma de modo que o passado nos conduz ao futuro. Nas palavras do teólogo Ignacio Ellacuría, o reino de Deus “põe Deus em unidade com a história (...) e é, ao mesmo tempo, a presença ativa de Deus na história e a presença da história em Deus, a historicização de Deus (...) é, em definitivo, o Deus conosco⁷. Acrescenta o teólogo espanhol Juan José Tamayo:

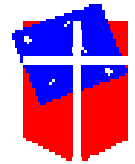
A virtude da esperança tem os olhos abertos para analisar a realidade com lucidez, ou seja, com sentido crítico. Tem o olhar posto no futuro e os pés em movimento. Graças a ela, o ser humano empreende o caminho para a liberdade e se põe em êxodo rumo à terra prometida (...). A esperança desce dos cumes da abstração idealista na qual foi aprisionada desde a fundação da ética como disciplina filosófica e se torna história, ou melhor, “se faz carne”, como o Verbo de Deus do prólogo do Evangelho de João e habita entre os humanos”.⁸

Em minha opinião, o conflito na Comunhão Anglicana resume-se primeiramente à discussão entre duas atitudes distintas e opostas em relação ao conceito de tradição. Na segunda metade do século XX essas duas perspectivas diferentes foram confrontadas com uma série de questões, cada uma com uma dimensão teológica ou eclesiológica e também com uma dimensão pastoral.

A primeira dessas inquietações exigiu dos anglicanos um posicionamento frente a diferentes movimentos políticos e sociais que se intensificaram durante os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial: a resistência aos regimes militares na América Latina e a Guerra do Vietnã, o movimento pelos direitos civis e pela igualdade racial em muitos países, principalmente nos Estados Unidos e África do Sul, as

⁷ I. Ellacuría, *Conversión de la Iglesia al reino de Dios* (Santander, 1984), 17.

⁸ J.J. Tamayo, “Hacia una rehabilitación crítica de la Utopía”, *Vida y Pensamiento*, XXI,2, 21.



campanhas contra as armas nucleares e, na atualidade, os esforços por reduzir a dívida externa dos países em desenvolvimento e superar as grandes desigualdades do poder econômico político sustentadas através da influência preponderante de agências como o Banco Mundial e o FMI e os efeitos desastrosos da globalização.

O segundo tema conflitivo que afetou a Comunhão Anglicana esteve relacionado ao movimento em prol da ordenação das mulheres e à questão mais ampla do papel das mulheres na vida da Igreja.

O terceiro conflito teve a ver com a renovação litúrgica e às possibilidades de alterar o Livro de Oração Comum a fim de que esse expressasse mais adequadamente as características, idioma, arte e costumes das diferentes igrejas autônomas.

O quarto conflito foi desencadeado quando algumas igrejas da Comunhão revisaram a relação entre Confirmação e Santa Comunhão, abrindo a Eucaristia a todas as pessoas batizadas, atitude que questionou uma das funções tradicionais dos bispos.

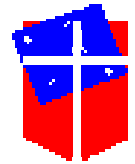
O quinto problema girou em torno das mudanças propostas e realizadas em algumas igrejas com relação ao status de pessoas divorciadas na igreja. Tradicionalmente, as igrejas anglicanas tinham regras muito rigorosas proibindo o matrimônio cristão a divorciados e, em alguns casos, até mesmo excomungando-os. Em algumas igrejas estas regras foram alteradas para permitir que as pessoas divorciadas tivessem acesso à bênção de um novo matrimônio.

Finalmente, aparentemente o conflito mais sério e candente para a Comunhão Anglicana hoje diz respeito ao status das pessoas homossexuais na comunidade cristã, o reconhecimento e bênção de suas relações sexuais e familiares e a possibilidade de sua participação no ministério ordenado da Igreja.

Todos esses conflitos não despertaram o mesmo nível de discussão entre as igrejas da Comunhão Anglicana, mas cada um deles apareceu de uma forma ou outra nas deliberações e recomendações das Conferências de Lambeth mais recentes.

Um dos elementos que caracterizam todos esses conflitos é que todos eles se relacionam com a questão de como se entende a tradição. No caso dos temas que tratam de gênero, sexo e família, parece que a Bíblia sustenta uma postura conservadora e negativa em relação a mudanças. Em questões de liturgia e pastoral, a tradição anglicana em si permite e até apóia a contextualização, mas a abertura da tradição desaparece quando a prática de uma igreja em particular é favorecida ou considerada autoritária.

Este conflito se experimenta em todos os níveis da Comunhão - congregacional,

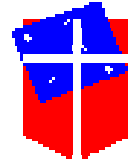


diocesano, nacional e internacional a história nos ensina que um mesmo conflito se apresentou repetidamente durante a história da Comunhão: o conflito entre católicos e reformadores, entre anglicanos episcopais e puritanos durante a “Revolução gloriosa” e o estabelecimento da Igreja Episcopal nos Estados Unidos. A história confirma que, às vezes, foi possível que ambas as perspectivas ocupassem espaço na mesma igreja, ainda que não necessariamente com toda comodidade; em outras ocasiões históricas, os dois pólos se afastaram de forma irremediável, como no episódio da saída dos puritanos presbiterianos e no cisma dos non-jurors ingleses e escoceses. Mais uma vez o conflito se apresenta com tanta força e rancor que atualmente nos perguntamos se a Comunhão Anglicana poderá sobreviver sem se dividir.

Se nos perguntarmos o que poderíamos aprender da experiência anterior dos anglicanos com o fenômeno da comunhão entre igrejas, me ocorrem duas observações. Pensando na experiência dos primeiros anglicanos que se permitiram praticar uma comunhão de fato - embora não formal - com outras igrejas reformadas, foi sua certeza de que compartilhavam a mesma fé, ou seja, viam na missão e no ministério de outros uma semelhança evangélica que podia se reconhecida como a presença do Verbo de Deus. Do mesmo modo, os bispos que se reuniram na primeira Conferência de Lambeth podiam expressar sua confiança em uma missão compartilhada apesar das diferenças de contexto que os separavam. Na atualidade, tem sido possível que episcopais e luteranos se reconheçam mutuamente como comprometidos com a mesma missão, missão que transcende suas diferenças de herança e tradição e que torna possível que os episcopais reconheçam na tradição luterana uma sucessão apostólica sem bispos. O acordo entre a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Luterana Evangélica da América do Norte se intitula “Chamados a uma missão em comum”.

Como assinala Carlos Calvani em seu ensaio *O Mito da Comunhão Anglicana*, “uma ‘verdadeira comunhão’ não precisa de instrumentos legislativos ou supervisão institucionais”.⁹ Quero propor que o único fundamento sobre o qual existe a possibilidade de uma “verdadeira comunhão” é através de uma missão comum, de tal maneira que entre as diferentes igrejas se reconheça a presença das boas novas do reino de Deus e o compromisso com esse reino que anuncia boas notícias aos pobres, vista aos cegos, liberdade aos oprimidos e encarcerados e o tempo da presença graciosa do Senhor” (Lucas 4.18-19). Esse compromisso serviu a Jesus como base de sua própria missão e também inspirou os primeiros cristãos como chamado à missão e fundamento de sua comunhão. A questão permanece: Será que existem condições para que as diferentes igrejas e correntes dentro da Comunhão Anglicana possam

⁹ C. Calvani, “O mito da Comunhão Anglicana – entre a mediocridade e a inclusividade” in *Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana no Brasil*. Porto Alegre, CEA, 2004, p. 21



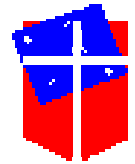
discernir, para além de seus diferentes conceitos de tradição, um compromisso mútuo para com a missão e o reino de Deus? Ou será que seus preconceitos mútuos tornam impossível tal discernimento? De fato compartilhamos uma visão comum do reino?

Os esforços dos últimos quinze anos representados pelas declarações das Conferências de Lambeth de 1988 e 1998 e pelo "Relatório de Virgínia" apresentado na Conferência de 1998 se preocupam em buscar instrumentos de comunhão confundindo, segundo Calvani, um conceito *teológico* com as relações institucionais.

Pior ainda, as recomendações da Comissão de Windsor, sobretudo a proposta de um "Pacto anglicano" me parecem não somente equivocadas, mas perigosas: equivocadas porque levam as igrejas que fazem parte da Comunhão a um conceito novo de anglicanismo como *Igreja* e não como fraternidade de igrejas. É interessante notar quantas vezes ouvimos na discussão dos temas conflitivos, referências à "Igreja Anglicana" como se essa fosse uma igreja centralizada, semelhante à Católica Romana. Muitos já observaram que algumas recomendações que defendem a autoridade do Arcebispo de Cantuária e o papel dos primazes têm mais a ver com uma Igreja que com uma comunhão de igrejas autônomas.

Precisamos ser claros: se existissem antes um "Pacto anglicano", as mulheres não seriam ordenadas, as mudanças litúrgicas e pastorais que refletem uma eclesiologia batismal não teriam acontecido e os movimentos em prol da democracia em nossas igrejas seriam derrotados por um sistema hierárquico mais coerente com a Idade Média. Como membros de igrejas que preservam e valorizam o papel do ministério dos leigos como poderíamos aceitar uma doutrina de Igreja que deprecia seu ministério e que tapa os olhos a toas as grandes questões que assolam os tempos presentes? Os mesmos 39 Artigos nos advertem que os concílios da Igreja podem errar e as Conferências de Lambeth nunca pretenderam definir a doutrina nem dirigir-se a questões de disciplina. Vamos supor que as declarações dos bispos na época de Colenso tivessem algum tipo de autoridade para limitar nossas próprias reflexões teológicas ou consideremos que na Conferência de 1930, os bispos da Comunhão Anglicana afirmaram que o uso de métodos anticoncepcionais artificiais eram um grave pecado... Já na Conferência de 1968 os bispos chamaram a atenção para crescimento populacional e advertiram que era importante que os cristãos considerassem seu dever limitar o número de filhos...

As tensões e conflitos tão evidentes na última Conferência de Lambeth refletem também a relação complicada entre a Igreja da Inglaterra e outras igrejas da Comunhão. Suas reuniões demonstraram que o anglicanismo definido pela participação em Lambeth continua sendo dominado pelas igrejas de fala inglesa, sobretudo a Igreja da Inglaterra. De fato, se a membresia da Comunhão é medida pelo convite a participar na Conferência de Lambeth, então o Arcebispo de Cantuária é o único que decide quem compõe a Comunhão – quem são os "verdadeiros



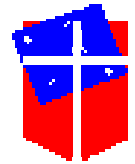
anglicanos” e os que não são.

Mas o anglicanismo pode ser definido pela participação na Conferência de Lambeth? Ou seria melhor defini-lo por um compromisso com a tradição cristã herdada de nossos antepassados espirituais e articulada a partir de nosso próprio contexto? Para mim, o valor da Reforma inglesa não se encontra no Livro de Oração Comum (ainda que eu aprecie suas qualidades literárias e litúrgicas) e muito menos nos costumes eclesiais do povo inglês, sejam eles do século XVI ou do século XXI. Para mim, o valor da Reforma inglesa está em nos mostrar e ensinar que é possível ser fiel, ao mesmo tempo, à fé em Jesus, à sua proclamação do reino de Deus, à experiência cristã através dos séculos, ou seja, à fé católica e ao meu próprio contexto; que não tenho que escolher entre a tradição do passado e as exigências do futuro; que não tenho que expressar minha fé usando as mesmas palavras de Thomas Cranmer nem a música da Catedral de Cantuária, mas nas palavras e na música de meu país e de minha cultura.

Mas ainda nos resta outra pergunta: se o princípio anglicano é encontrado na tradição expressa em um contexto, qual a importância da Comunhão? Por que nos interessaria mantermos laços com cristãos de outras igrejas? Creio que a resposta reside no fato de que nossa experiência em si é limitada, que nossa compreensão da fé aumenta através das experiências de cristãos de outros contextos diferentes. Muitos cristãos da América do Norte aprenderam a ler seu próprio contexto com novos olhos a partir de seu diálogo e comunhão com cristãos latino-americanos. Creio que nas partes da Comunhão onde o papel das mulheres ainda não é reconhecido, a experiência das igrejas que ordenam mulheres favorece a reflexão nas igrejas que não as ordenam e proporciona exemplos de vida eclesial quando as portas se abrem a todas as pessoas.

A promessa do princípio anglicano que insiste na fidelidade à missão de Deus realizada em carne e osso, buscando e criando sinais do reino de Deus continua sendo para mim, fonte de muita esperança. Minha própria experiência com várias igrejas anglicanas ao redor do mundo me convence de que este princípio continua válido e vigente. Quando vejo os grandes projetos da Igreja da Coreia para melhorar as condições da população urbana sem teto, vejo o princípio anglicano em andamento. Quando vejo a Igreja pós-denominacional da China lutando por descobrir como dar seu testemunho em uma sociedade marcada pelo individualismo, consumismo e um abismo cada vez maior entre ricos e pobres, vejo novamente o princípio anglicano. Quando me recordo do trabalho da Igreja Episcopal do Panamá ministrando às vítimas da invasão norte-americana, vejo um exemplo do princípio anglicano. Quando penso nos episcopais de minha própria congregação que organizaram manifestações locais contra a guerra no Iraque, mais uma vez reconheço o princípio anglicano em ação.

Não quero sugerir que os anglicanos sejamos os únicos que temos essa



perspectiva, mas concordo com o teólogo episcopal norte-americano Ian Douglas quando afirma que, de todas as correntes da fé cristã, a anglicana é a que mais mantém os dois elementos de tradição e contexto em mútuo equilíbrio.¹⁰

Finalmente, será que sobreviverá o anglicanismo como tradição viva, honrada através de uma comunhão unida em missão e serviço ao reino de Deus, afirmando a tradição da fé e expressando-a de forma fiel nos múltiplos contextos em que vive? Não sei. O certo é que, os esforços por controlar e centralizar a Comunhão por meios restritivos ou por criar dois níveis de membresia de primeira e segunda classe, não respondem a essa visão de uma comunidade de fé contextualizada que faz jus ao coração de nossa herança.

Mas, se por "anglicanismo" queremos entender uma fidelidade à visão bíblica do reino de Deus e do Verbo de Deus feito carne, o respeito à experiência de cristãos de outros tempos e lugares, o que chamamos "tradição" e um compromisso apaixonado com o anúncio do reino em nosso próprio contexto, então creio que o anglicanismo tem futuro sim. Quando escutamos a palavra de Deus, não relacionada com o contexto de outros, mas com o nosso, quando captamos algo do poder do Evangelho que nos liberta, então a tradição não é inimiga do contexto, mas nos ajuda a participar amplamente em nosso próprio contexto. Vivendo a fé em nosso contexto não apenas fazemos da tradição algo próprio, mas estamos também participando da criação de uma tradição viva e dinâmica e encarnando "a fé uma de vez para sempre entregue aos santos" em nossa própria vida e em nosso próprio mundo. Para mim, isso é o que significa anglicanismo. Creio que desse modo, há futuro.

¹⁰ I. Douglas, "Anglican Identity and the *Missio Dei*", *Anglican Theological Review*, 82, 466.